



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA – 3ª REGIÃO

LEI Nº 6.684, DE 03 DE SETEMBRO DE 1979.
DECRETO Nº 88.439, DE 28 DE JUNHO DE 1983.
JURISDIÇÃO: GO – DF – MG – MT – TO.



REQUERIMENTO DE CANCELAMENTO / SUSPENSÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA

Cancelamento do registro

Suspensão do registro

Resolução 115/2005 - Art. 6º - No caso de suspensão de pessoa física ou jurídica, o número de inscrição ou de registro ficará mantido "ad eternum",
Art. 7º - O cancelamento de inscrição ou de registro constitui modalidade de extinção. (Perde-se o número)

INTERESSADO(A)

Razão social:

N.º da Inscrição:

Área de atuação:

CNPJ:

ENDEREÇO COMERCIAL

Rua, Av, Al, etc.

Número:

Complemento:

Bairro:

Município:

UF:

CEP:

Fone fixo:

()

Fone Celular:

()

E-mail:

DECLARAÇÃO

Por meio do seu representante legal, declara para os devidos fins de direito, que a pessoa jurídica não exerce qualquer atividade relacionada à área da biomedicina, bem como não irá exercer pelo motivo:

- Inscrição em Outro Conselho
 Baixa ou suspensão do CNPJ
 Outros: _____

Assim sendo, assumindo total responsabilidade pela veracidade da presente declaração, estou solicitando o(a) cancelamento/suspensão do registro junto ao CRBM - 3ª Região e, neste ato, entrego:

- Comprovante de Inscrição em Outro Conselho
 Comprovante de baixa ou suspensão do CNPJ
 Cópia do Distrato Social registrado em Cartório ou na Junta Comercial
 Declaro, para os devidos fins legais e jurídicos, que não possuo os documentos que embasam o pedido.

Declaração da situação perante a Tesouraria deste Conselho:

- A situação da Pessoa jurídica está regular.
 Declaro que estou inadimplente perante o Conselho e, por isso, em conformidade com o artigo 13º da Resolução nº. 115/2005 - CFBM, venho pela presente, reconhecer o(s) débito(s) com o Conselho Regional de Biomedicina 3ª Região. Relativo(s) à(s) anuidade(s): _____.

Estou ciente também de que a omissão em documento público de declaração que dele devia constar ou nele inserir ou a inserção de declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante caracteriza o crime de falsidade ideológica tipificado no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, punível com reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa.

Local e data: _____

Assinatura do responsável legal _____